



AMATRA^{XV}

Jornal da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região | www.amatra15.org.br

Campinas/SP | Ano 13 | N° 30 | Março de 2015



Inaugurada a nova sede da AMATRA XV e da ESMAT 15



ENTREVISTA

**Entrevista com o
Presidente eleito
da AMATRA XV e
Diretor Geral da
ESMAT 15 para o
biênio 2015/2017**

Uma nova sede própria...

A presente edição estampa na capa a inauguração de uma nova sede própria para a AMATRA XV e para a ESMAT 15, mais de 20 anos depois da aquisição da primeira sede. Com o crescimento das atividades associativas nesse período chegou-se a um ponto crítico em relação ao espaço físico. Foi nesse contexto que a atual Diretoria da AMATRA XV se debruçou inúmeras vezes sobre o problema e analisou várias possibilidades para viabilizar a mudança da sede para um novo espaço que permitisse, ao mesmo tempo, uma digna área de trabalho para os empregados e um adequado local para o atendimento dos associados. Um esforço que desde o início foi pautado pela condição de que não houvesse qualquer ônus para os associados, ou seja, qualquer instituição de contribuição extraordinária. O resultado desse esforço pode ser conferido na referida matéria.

O nosso entrevistado desta edição é o Presidente Eleito da AMATRA XV para o biênio 2015-2017, juiz Luís Rodrigo Fernandes Braga, que assumirá a direção da entidade a partir de abril. Vale a pena conferir! E aproveitando o momento de renovação apresentamos aos associados da AMATRA XV um encarte especial com uma síntese da prestação de contas da atual gestão, material que também pode ser conferido no nosso site.

Na sequência, veiculamos um artigo de autoria do Juiz Jorge Luiz Souto Maior, que aborda a polêmica instaurada sobre "A questão Charlie Hebdo e a liberdade de expressão".

Para além da atividade jurisdicional, em "Gente Nossa" apresentamos alguns dos colegas apaixonados pela arte de colecionar e por esse gosto peculiar e prazeroso. Na Seção "Nossas Histórias", podemos apreciar mais um "conto verídico", narrado pelo Juiz José Roberto Thomazi. A Seção "Pelo Mundo" traz "Il Nostro Viaggio a Sicilia", a partir de uma viagem do Juiz Gothardo Rodrigues Backx Van Buggenhout em 2011 àquela fascinante ilha.

Finalmente, lembraremos as atividades da AMATRA XV na execução do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, bem como as notícias mais importantes relacionadas às atividades associativas da AMATRA XV no "Giro de Notícias".

Boa leitura!

Alessandro Tristão
Presidente da AMATRA XV



AMATRA XV

R. Riachuelo, 473 - Salas 21 e 22
Bosque - Campinas - SP
Fones: (19) 3251-9036
www.amatra15.org.br

Diretoria Executiva

Presidente

Alessandro Tristão

Vice Presidente

Luís Rodrigo Fernandes Braga

Secretário Geral

Robson Adilson de Moraes

Administrativo e Financeiro

Teresa Cristina Pedrasi

Assuntos Legislativos

Ronaldo Oliveira Siandela

Prerrogativas e Assuntos Jurídicos

Fábio Natali Costa

Cultural

Manoel Carlos Toledo Filho

Social e Eventos

Alzeni Aparecida de Oliveira Furlan

Comunicação Social e Informática

Gothardo Rodrigues Backx Van Buggenhout

Direitos Humanos e Cidadania

Cristiane Montenegro Rondelli

Esportes e Qualidade de Vida

José Antônio Dosualdo

Aposentados

Genésio Vivanco Solano Sobrinho

Diretores Regionais

Araçatuba

Sidney Xavier Rovida

Bauru

Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima

Campinas

Saint-Clair Lima e Silva

Presidente Prudente

Régis Antônio Bersanin Nieto

Ribeirão Preto

Rodrigo Penha Machado

São José do Rio Preto

Daniela Renata R. F. Borges

São José dos Campos

Antonia Sant'ana

Sorocaba

Tony Everson Simão Carmona

Comissão de Prerrogativas

Samuel Hugo Lima

Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Rita de Cássia Scagliusi do Carmo

Levi Rosa Tomé

Paulo Bueno Cordeiro de Almeida Prado Bauer

Fábio Natali Costa

Conselho Fiscal

Maria Madalena de Oliveira

Marcelo Schmidt Simões

Edson da Silva Júnior

Jornal da AMATRA XV

Tiragem: 5.000 exemplares

Publicação da AMATRA XV

Foto Capa: Waldir Pecht Jr. (MTb 39.757)

7 **NOSSAS HISTÓRIAS**
Torneiras Secas

8 **ARTIGO**
A questão Charlie Hebdo
e a liberdade de expressão

20 **TJC**
A AMATRA XV e o Programa
Trabalho, Justiça e Cidadania

22 **ENTREVISTA**
AMATRA XV entrevista seu
presidente eleito

26 **GIRO DE NOTÍCIAS**
Reportagens com os assuntos
de interesse da Magistratura



A inauguração da nova sede da AMATRA XV e da ESMAT 15 contou com a presença de vários associados

Gente Nossa:
Colecionadores



12



Dicas de
viagem:
Sicília

Compilações: A Magistratura e suas Coleções

Juízes da 15ª apresentam suas coleções

De acordo com o dicionário Huiass, colecionar é reunir ordenadamente objetos de interesse estético, cultural ou científico. Em outras palavras, para o colecionador, colecionar significa reunir objetos de profunda admiração, seja qual eles forem.

A história humana conta que as pessoas sempre se preocuparam em guardar e armazenar objetos para preservá-los, em especial aqueles que agregam conhecimento para passar à próxima geração, como museus, bibliotecas, arquivos em geral. Com o passar do tempo, pequenas coleções particulares de infinitos objetos passaram a ser, além de aprendizado, uma forma de entretenimento pessoal.

Atualmente os colecionadores dispõem de sítios especializados na internet para vendas, compras e trocas de objetos. Além disso, há os que se reúnem periodicamente e realizam encontros regulares em todo o mundo. No Brasil há encontros anuais de modelismo em geral (especialmente aeromodelismo), numismática e Filatelia. Dentro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, existe o Centro de Memória Filatélica, que preserva fotos, catálogos, publicações, medalhas filatélicas, mantendo viva a memória deste segmento cultural.

Não obstante haver milhares de novos atrativos de entretenimento, como computadores, internet, iPad e outros brinquedinhos eletrônicos, a arte de colecionar jamais será uma atividade extinta, pois não há como desaparecer o charme e o fascínio que o ato de colecionar exerce sobre as pessoas. Grande parte das pessoas já passou por uma experiência de ser um colecionador, ainda que breve, mantendo em sua memória o carinho e a admiração pelo que fez algum dia.

Colecionar é uma atividade salutar e recomendada, bem como pode ser praticada por qualquer idade. Segundo psiquiatras, colecionar é uma atividade absolutamente nor-



Robson exhibe parte de sua coleção

mal e proporciona uma higiene mental.

O bom colecionador deve adotar um plano para uma coleção, de uma estruturação, que implica em raciocinar, criar, imaginar, pesquisar, estudar e observar regras, além de relacionar-se com terceiros. Este conjunto de tarefas configura um trabalho natural de observação, análise e síntese desenvolvendo aptidões e aumentando a capacidade de aquisição de novos conhecimentos. No nosso tribunal, há vários juízes-colecionadores, como vocês podem conferir nos destaques desta matéria.

Luciana Caplan de Argenton e Queiroz,

Titular da 3ª VT de Ararquara, coleciona hipopótamos.

“Minha coleção começou de uma forma inusitada. Um amigo que colecionava sapos e tinha mais de 300 insistia muito que eu colecionasse algo. Dizia que era muito divertido.

E eu era totalmente preguiçosa com a ideia. Não me animava...

Mas, para me livrar da insistência dele, disse que iria começar a colecionar hipopótamos, porque tinha um de madeira e, sinceramente, nunca tinha visto estes bichos nas tantas viagens que realizei. Isso foi há cerca de 15 anos.

Depois disso, virou uma brincadeira e todos sabiam que eu tinha uma coleção de uma peça só. Passei a reparar nas lojas, em viagens, e nunca encontrava o bichinho...

Após uns dois anos, encontrei um de lápis lazuli, em uma viagem para o Chile. Era do tamanho do primeiro (de madeira), e me empolguei!!!! Mas não comprei quando descobri que custava quase 1500 dólares!!!!

De repente, os hipopótamos começaram a aparecer... não tenho ideia do motivo...

São 12 apenas, na coleção atual. Mas não desisti de encontrar mais. Eles tem um lugar especial na casa, porque todos trazem lembranças especiais do lugar onde foram comprados:

O primeiro, de madeira, é de Curitiba, minha terra natal. Tenho dois de Montevideo, que ganhei de minha mãe e de minha tia, em viagem que fizemos para lá. Há um quebracabeça, que veio de Foz do Iguaçu e um cofrinho que é de Campinas. Há uma réplica que foi comprada no Busch Gardens, em Tampa, um de botões que veio de Buenos Aires, um pequeno de lápis lazuli (de uma viagem posterior ao Chile), um de cristal, de Praga e um verdinho, de Murano.”

Gislene Aparecida Sanches, titular da VT de Pindamonhangaba, coleciona bonecas artesanais. Sua coleção possui cerca de 50 bonecas espalhadas pela sua casa e algumas na Vara.



Newton Cunha de Sena, juiz substituto em Campinas, possui uma coleção de rótulos de cerveja. “A minha coleção começou em 2009, com a chegada de uma maior variedade de cervejas importadas e artesanais nos supermercados. Atualmente são mais de trezentos rótulos, de todos os tipos de cerveja e de diversos países, graças à ajuda de amigos, que sempre que viajam ou bebem uma cerveja diferente os guardam para mim.”

As coleções de nossos colegas são diversificadas!

Carlos Eduardo de Oliveira Dias (titular da 1ª VT de Campinas), coleciona imagens de São Francisco de Assis e corujas; Firmino Alves Lima (titular da 2ª VT de Sorocaba), coleciona tudo que é relacionado com aviação comercial; a desembargadora aposentada Eliana Toledo possui uma coleção de imagens de Santo Antônio; Alzeni Furlan (titular da VT de Tietê) coleciona snowballs (aquelas bolas que chacoalhamos que parece nevar dentro); a desembargadora Tereza Asta coleciona bonés; Olga Pilegis (titular da 8ª VT de Campinas) e a desembargadora Maria Madalena de Oliveira colecionam corujas; a juíza aposentada Maria Tereza C. P. Amatte coleciona presépios.

Robson Adilson de Moraes

Titular da 5ª Vara de Campinas coleciona moedas. “Desde criança tinha uma sacolinha de pano cheia de moedas e notas antigas que ganhei do meu avô. Brincando com o meu Iho Gustavo, há uns 3 anos atrás, espalhei as moedas no tapete de casa e comecei a organizá-las. Levei as repetidas para uma banca da feira de artesanato aqui em Campinas onde encontrei o Sr. Gilberto que, além de ser vendedor, é um grande apaixonado pela numismática, colecionando moedas há mais de 40 anos. A partir dessas nossas conversas e embalado pelas lembranças do meu avô começou a ‘febre’ do colecionismo. Comprei álbuns, capas plásticas com divisórias para moedas, livros, visita ao Museu do Banco Central etc. Embora tenha moedas de vários países, o objetivo da minha coleção são as moedas e notas brasileiras.”, conta Robson.

Segundo ele, existem várias curiosidades no colecionismo, por exemplo, moedas cunhadas ou notas impressas com erros. Para citar apenas um exemplo recente de erro, a moeda atual de 50 centavos foi cunhada sem o “0” ficando apenas o “5”. Esses exemplares no mercado de colecionadores de moedas chegam a custar R\$ 1.000,00!!!

A moeda mais rara do Brasil é a chamada “peça da coroação” foi cunhada em ouro para comemorar a coroação de D. Pedro I. Como a imagem do busto nu como um imperador romano não agradou D. Pedro I foram cunhadas somente 64 moedas, sendo conhecidas atualmente apenas 16 peças. No ano passado uma foi leiloadada pelo valor de US\$ 499.375,00.

Alguns exemplares de sua coleção:

Cunhada na Casa da Moeda do Rio de Janeiro Brasil Colônia - D. João (Príncipe Regente)

Anverso: JOANNES.D.G.PORT.PREGENS.ET.BRAS.D. Escudo encimado por Coroa Real, ladeado à esquerda por valor de

960 entre pontos e à direita por 3 orões verticais entre pontos.



Reverso: SUBQ.SIGN.NATA STAB. Esfera armilar com letra monetária R 960 réis de 1817 (prata)

Avaliada em R\$ 250,00 (2014)

Cunhada na Casa da Moeda do Rio de Janeiro Brasil Império - D. Pedro II

Anverso: O busto do imperador voltado à esquerda, sem o nome ou iniciais do gravador LUSTER abaixo do busto; legenda PETRUS II.D.G.C.IMPET.PERP.BRAS.DEF (D. Pedro II, com a graça de Deus imperador constitucional e perpétuo defensor do Brasil).



Reverso: As armas do império, onde se veem o escudo encimado por coroa imperial, com a esfera armilar de D. Manuel dentro de anel de estrelas e a Cruz da Ordem de Cristo. Dos lados esquerdo e direito, ramos de tabaco e café, respectivamente, unidos por laço estilizado. Valor facial e a inscrição DECRETO DE 1870.

2.000 réis de (prata) de 1889

Avaliada em R\$ 150,00 (2014)

A arte de colecionar não se limita apenas ao prazer de catalogar e guardar objetos. Grande parte está na busca, que muitas vezes leva toda uma vida e nunca é finda, de completar a coleção. Há, nessa caça ao tesouro, quase sempre um Santo Graal, um elemento da coleção que, por ser o primeiro ou mais raro, permanece envolto em uma aura de admiração e cobiça por parte da comunidade de colecionadores

Enfeitiçado, olhar do colecionador permanece quase em

estado de hipnose, selecionando esse elemento e seus iguais dentre todos os outros, alimentando em nós a expectativa de que o olharemos em todas as suas possíveis variações, em todas as formas que a realidade lhe conferiu.

É uma forma de paixão pelo mundo. E como todas as paixões, pode acabar, mas jamais é esquecida. A final, quase todos nós somos, de certa forma, colecionadores. Seja de objetos, seja de conhecimento, seja de amigos. O que não podemos colecionar são sentenças!



JOSÉ ROBERTO THOMAZI
Juiz Titular da Vara do Trabalho de Jaú

Torneiras Secas

(um conto de: Semgraciliano Erramos)



Já dizia Molusco da Silva, um não pensador nordestino, dedeta (Explicação necessária: quem não tem mão é maneta, quem não ter perna é perneta, quem não punho é ..., deixa prá lá e quem não tem dedo é dedeta, certo?), que a despeito da língua presa, tinha a fala solta:

"O estudo é a fonte do saber...
Economize água, não estude!"

Bom, vamos iniciar o conto.

O sol estava a pino,
O dia esta o no,
Fui à praia catar mexilhões,
Veio uma onda e bateu no meu joelho.

(Obs. não rimou porque a maré estava baixa).

Putz! Novamente o arquivo errado. Meu cérebro já não está tão ágil com antes.... Deve ser a falta d'água!

Ah, ...agora sim...!

O sol esta a pino naquele domingo de janeiro, dos idos de 2015.

O torneio mundial do volei de leito de rio seco (antigo volei de praia) ia ter início, com o clássico China vs Chile, quando chegou o Ministro da Defesa H. Romeu Pinto na Arena do Timiko

Deitaquera, com vários Decretos.

O primeiro Decreto cancelava o clássico, pois era temerário iniciar um torneio, com o placar eletrônico piscando "CHI x CHI".

O Ministro da Defesa explicou que a perda de água seria fatal, pois o povão podia pensar que era prá urinar no campo!

O Ministro do Ataque M K Gay Todo saiu na defesa do povão: - Tem perigo, não! Aqui - segundo a antiga lei do Lula - todos são analfabetos, pois sequer assinam o nome!

H. Romeu Pinto arrematou, dizendo: -- O Decreto é irreversível.

A falta d'água havia chegado ao seu limite...! Fazer xixi na quadra,

era permitido, pois tinha como captar a "água". Já nos campos de leito de rio seco, não.

O Ministro da Defesa já ia saindo, quando se lembrou dos demais Decretos. Virou-se para o Ministro de Ataque e arremou: - vou precisar de sua ajuda. Estou indo para o Poder Judiciário e sei que a coisa vai feder...!

M K Gay Todo quis saber o teor do Decreto para o Judiciário e H. Romeu Pinto lhe passou o documento (não o dele, mas o da "Presidenta" ...! Nããão! O dela também não. Até porque ela só calça 44 bico largo, porque de sapato apertado, já basta a presidente da Petrobras), que dizia:

"Considerando a falta de chuva,

Considerando a crise d'água, e

Considerando, nalmente, o fato de eu odiar o Alckimin, DECRET O o seguinte: Os membros do Poder Judiciário Paulista cam terminantemente proibidos de proferirem sentenças líquidas.

Qualquer mandado de segurança deve ser indeferido in limine, pois com a crise, é óbvio que a parte não tem direito líquido e certo.

O rito ordinário deve ser adotado para todas as causas, pois não é possível determinar que o reclamante apresente pedidos líquidos no procedimento sumaríssimo.

Para não haver abuso DECRET O, também, que os Senhores Magistrados façam constar em suas decisões o seguinte:

beijo molhado... nem pensar!

suar em bicas ... esqueçam.

selar compromisso com cusparada na mão... é proibido.

Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, vigésimo quinto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis."



CHARLIE HEBDO

JOURNAL IRRESPONSABLE



A questão Charlie Hebdo e a liberdade de expressão

Um conto atribuído a Malba Tahan relata a história de dois amigos que foram perdidos na floresta e foram pegos por uma tribo de índios, que, como pena, colocaram corcundas em suas costas. No ritual preparatório para a consolidação da corcunda os índios cantavam: “segunda, terça e quarta; segunda, terça e quarta” e a letra assim se repetia incessantemente. Um dos prisioneiros, então, sem querer, começou a cantarolar baixinho, “segunda, terça e quarta; segunda, terça e Quarta...”, ao que foi interrompido pelo chefe da tribo, que perguntou: “quem é que está cantando assim tão bem?”. Os índios responderam: “É ele, é ele, o prisioneiro da cela 1”. O chefe então sentenciou: “Tirem a corcunda dele!” E os índios reto-

maram o ritual, voltando a cantar... O outro prisioneiro, vendo o que se passou, não teve dúvida: começou a cantar e em voz bastante alta, para não ter dúvida de que fosse ouvido: “segunda, terça e quarta; segunda, terça e quarta...”, mas se empolgou e também querendo agradar ainda mais, complementou: “quinta, sexta, sábado e domingo também!!!!”. O chefe novamente mandou parar a música e perguntou: “Quem é que está cantando assim... tão mal?” “É ele, é ele, o outro prisioneiro”, respondem os índios. A sentença é implacável: “Pois peguem a corcunda do outro e coloquem nas costas dele!!!”

Na mesma linha do conto acima, relata-se que certa vez al-

guns amigos em um bar ficam maravilhados com o tiragosto que lhes fora servido e então chamaram o garçom e pediram a ele que transmitisse ao cozinheiro efusivos elogios, encomendando nova porção. Quando esta veio, o garçom, todo animado, disse que o cozinheiro havia “caprichado”. Ocorre que para agradar dobrou a quantidade do tempero, mas na avaliação dos clientes o que era bom ficou horrível.

A mensagem que esses contos querem passar é a de que há um ponto de equilíbrio, não codificado, a se respeitar. Expressam ainda que aumentar a dose da fórmula que conduziu ao sucesso não significa, necessariamente, obter um sucesso ainda maior, podendo, bem ao contrário, gerar o efeito inverso e destruir a própria essência da conquista, como se, neste instante do texto, percebendo que o leitor está gostando das analogias eu casse relatando novos e novos exemplos para ilustrar a mesma ideia...

A nossa liberdade de atuação e de expressão, portanto, encontra limites na perspectiva das correlações sociais e quem define esses limites não é aquele que exerce a liberdade de expressão, mas os que são alvo dela, no sentido do acolhimento ou rejeição, difusão ou desprezo, à ideia.

Esses limites, assim, não devem ser fixados previamente e ao mesmo tempo são exigíveis considerando a dinâmica dialética do processo histórico. Ora, a liberdade de expressão, historicamente, foi uma conquista fundamental da humanidade, pois enquanto não se a concebia como um direito grandes personalidades tiveram fins trágicos, como Giordano Bruno, na época da inquisição.

Assim, é essencial defender a liberdade de expressão, coibindo qualquer tipo de censura, até porque para censurar seria preciso criar arbítrios para separar o “certo” do “errado”, o “bem” do “mal”, e isso nos remeteria ao mundo medieval, ao obscurantismo e aos regimes ditatoriais. Já disse e repito, não tenho medo do grito; tenho medo do silêncio. Não tenho medo da discordância; tenho medo da mordida e da ignorância.

O problema de se tentar criar parâmetros para impedir que algumas coisas sejam ditas é o de obstar o avanço do conhecimento, que parte da contestação aos padrões do conhecimento posto, admitidos como absolutos.

Além disso, essa preocupação com a delimitação é muito mais uma desconiança da capacidade intelectual e cultural do receptor da mensagem do que uma forma de estabelecer padrões aceitáveis da convivência humana. Ou bem acreditamos que os seres humanos são capazes de discernir, distinguindo as manifestações que contribuem para a sua evolução e as que se prestam à sua destruição, ou não temos porque ficar criando lógicas de raciocínio.

Importante deixar claro que repudio, de forma veemente,

manifestações de cunho racista, machista, elitista, pedófilo, discriminatório, homofóbico, antissemita, islamofóbico, além de outras, carregadas de intolerância de qualquer natureza, que expressam agressões às religiões ou que instigam a violência contra seres humanos, nem acho qualquer graça em piadas com esses conteúdos, sobretudo quando direcionadas a grupos fragilizados com o propósito, não revelado, de favorecer à sua opressão.

Compreendo, ainda, que a ordem jurídica protetiva dos Direitos Humanos consagra valores que representam um avanço na evolução da racionalidade humana, sendo vedado, juridicamente, o retrocesso.

Mas acho também que a punição jurídica não é suficiente nem eficiente, além de ser bastante perigosa a limitação das análises sobre os valores relevantes à evolução da humanidade aos padrões da ordem jurídica posta, vez que esta representa, em dado momento histórico, a reprodução da compreensão da classe dominante e que serve a esta como instrumento de poder para se preservar enquanto tal. A desconsideração da existência da sociedade de classes e a eliminação da legitimidade da luta de classes, ademais, criam a máscara do bem comum, punindo as aberrações para forjar a abstração de uma sociedade justa, enquanto se mantém, na dinâmica concreta, violenta, opressiva, seletiva, machista e racista.

Assim, entre defender cegamente limites para a liberdade de expressão, adotando-se os parâmetros da ordem jurídica liberal, e defender a plenitude da liberdade de expressão, mesmo não concordando com o conteúdo da fala, melhor pender para esta última, para não correr o risco de aprofundar as ilusões do alcance corretivo do direito burguês, para não reduzir as potencialidades do raciocínio crítico e para não eliminar as possibilidades de superação dos desajustes sociais e de minimização das fragilidades humanas.

Vale lembrar que em nome da preservação da ordem jurídica, uma decisão, ainda vigente, da Justiça Federal do Maranhão, determinou, em agosto de 2013, o sobrestamento das atividades do Centro de Difusão do Comunismo da Universidade Federal de Ouro Preto dentre outros motivos porque o curso ministrado seria antidemocrático por sustentar que o comunismo é o “único modelo capaz de explicar e positivamente transformar a realidade”, sendo de se ressaltar que tal decisão, de um juiz a partir da pretensão de um advogado, ou seja, da comunhão do pensamento de duas pessoas, foi aplaudida por alguns veículos jornalísticos (que se dizem “Charlie”) e por tantos outros foi solenemente ignorada.

É relevante perceber, também, que as punições aos valores jurídicos consagrados não são condicionantes do pensamento. Punir a fala não corresponde a alterar o modo de pensar. E, como dito, ao simplesmente punir a fala – o que

pode ter propósitos diversos, que não se expressam – mantém-se inalterado o pensamento. Assim, se pautamos toda nossa confiança na humanidade na força coercitiva dos limites juridicamente impostos, deixamos de formular compreensões a respeito dos valores consagrados, sendo, de certo modo, uma forma de desacreditar na humanidade. Ademais, o estágio evoluído da humanidade pressupõe a inexistência do Direito, da desnecessidade de coerções externas, sendo que para chegarmos a isso é preciso enfrentar o desafio da contraposição de ideias, incentivando diálogos abertos, baseados na franqueza, na sinceridade, na confiança e na ética, sem desprezar, é claro, o necessário aprofundamento teórico, o que não elimina, vale dizer, a cultura popular, muitas vezes mais sábia que muitos supostos intelectuais. Fato é que em toda relação pessoal que se estabiliza por intermédio do controle coercitivo predominam a desconfiança e o artificio, sobressaindo a própria fragilidade da dominação, até que um dia, como diria Chico Buarque em passagem célebre, o dominado diz: “te perdoo por te traír”.

Na última manifestação organizada pelo MPL, contra o aumento da tarifa de ônibus, ocorrida em São Paulo no dia 16 de janeiro, o forte aparato policial reprimiu duramente, todo o tempo, a manifestação, e mais ainda quando “decidiu” que o ato deveria terminar, arremessando bombas sobre a multidão e saindo, literalmente, à caça de manifestantes que se dispersaram pelas ruas. Mas ninguém saiu dali convencido de que a Polícia detinha a razão, de que o direito de manifestação não deva ser exercido ou de que lutar por uma sociedade mais justa seja crime. Muito pelo contrário, a repressão apenas aumentou a convicção em torno da necessidade de continuar gritando.

Nesse assunto do semanário francês, “Charlie Hebdo”, parece-me, portanto, que não se pode tentar, minimamente que seja, justificar o morticínio com argumentos de que os cartunistas excederam os limites da liberdade de expressão, estando fora da análise se eram, ou não, de bom gosto as charges que faziam. Ora, se para se contrapor a uma ideia, que, segundo o receptor, lhe tenha gerado uma ofensa moral, o considerado ofendido se vê no direito de matar o ofensor e justificamos o ato, fazendo críticas à postura de quem expôs a ideia, extingue-se a possibilidade do choque de ideais e decreta-se o fim da produção do conhecimento.

Claro, existe bastante hipocrisia neste assunto, já que muitos defensores da liberdade de expressão não a aceitam quando a ideia exposta contraria seus valores. Do ponto de vista do suposto choque de civilizações, o que se tem visto, nos meios de comunicação que temos acesso, é uma tendência a uma espécie de naturalização da ridicularização do mundo mulçumano ao mesmo tempo em que se caminha para uma institucionalização de autênticos tabus da tão preconizada racionalidade ocidental. De todo modo, não é uma disputa entre o bem e o mal, não se exigindo, po-

is, um posicionamento em favor de uma ou de outra cultura, sendo essencial, isto sim, reconhecer a existência das imperfeições que carregam, a qual o conhecimento deve suplantiar todo tipo de fundamentalismo.

Assim, a explicitação da hipocrisia liberal não é argumento para negar a relevância da liberdade de expressão até porque não é ela a causa dos problemas identificados, constituindo, bem ao contrário, o instrumento para sua denúncia e contestação. Em outras palavras, é apenas o direito à liberdade de expressão que pode afrontar a hipocrisia e apontar as contradições, buscando superá-las.

Na realidade brasileira, por exemplo, o conhecimento tem sido negado a várias gerações, estabelecendo-se uma censura velada do que pode e do que não pode ser dito nos meios de comunicação, nas escolas, nos livros, nas faculdades, a tal ponto que não conhecemos a nossa própria história e nem mesmo as diversas “comissões da verdade” criadas conseguiram chegar a revelações completas. Temos, portanto, um grande déficit no exercício do direito à liberdade de expressão, sobretudo se considerarmos a realidade dos segmentos econômica e politicamente menos favorecidos da sociedade de classes em que vivemos. A deficiência da formação intelectual é impeditiva da formulação de sentidos críticos próprios, restringindo a liberdade de expressão a uma fórmula vazia de reprodução dos valores dominantes, que são, midiática, ditatorial e incessantemente inculcados.

Além do aspecto da formação do conhecimento, a efetividade do direito à liberdade de expressão exige o acesso democrático aos instrumentos de difusão das ideias. A dominação antidemocrática dos meios de comunicação em massa constitui obstáculo à efetividade da plena liberdade de expressão em dada realidade social.

Os meios de comunicação em massa, empurrando a força nas mentes de todos a racionalidade da classe dominante, utilizam-se de figuras abstratas, quase mitológicas, como a da “sociedade civil”, desprezando a configuração da sociedade de classes e as condicionantes econômicas que geram grandes diversidades nas experiências humanas e as delimitam. É assim, por exemplo, que a grande mídia, para minar os movimentos grevistas, sempre põe em destaque os prejuízos gerados pela greve à “sociedade”, como se a tal sociedade fosse um todo indivisível e um adversário dos trabalhadores grevistas, que neste instante deixam de se integrar à “sociedade”. Esquece-se, ademais, que a “sociedade prejudicada” é composta de vários outros integrantes da classe trabalhadora, que, mais dia, menos dia, estarão em greve e se verão submetidos ao mesmo massacre midiático.

O que a limitação à liberdade de expressão, ou a sua produção restrita à perspectiva da classe dominante, tenta fazer é evitar a produção de um conhecimento vital à consciên-

cia de classe, ao mesmo tempo em que as de ciências estruturais do modelo de sociedade capitalista servem para negar aos trabalhadores as possibilidades concretas, dos pontos de vistas político, jurídico e econômico, de difundirem, com pretensões massificadoras, a sua visão de mundo, os seus interesses e a legitimidade de sua luta, sendo certo que não se deixa de utilizar, caso necessário, a força institucional repressiva, trazendo-se à tona, inclusive, a alegada prevalência jurídica dos valores liberais.

É assim, por exemplo, que as greves e as manifestações populares são violentamente reprimidas com base na proteção dos valores liberais clássicos, como o “direito de ir e vir” e o “sagrado” direito de propriedade, mesmo que esta esteja em desacordo com a ordem jurídica posta, que lhe garante legitimidade apenas quando cumpra uma função social.

As greves são a essência da liberdade de expressão dos trabalhadores, pois são, ao mesmo tempo, consciência e meio de difusão. Reprimir a greve, tratando-a como caso de polícia, é negar vigência à liberdade de expressão, sendo a defesa do direito de “ir e vir” apenas um subterfúgio para se atingir esse objetivo, até porque o tal direito de ir e vir também atinge os grevistas.

Essas formulações exemplificativas, acima expostas, reforçam a afirmação de que é preciso defender a liberdade de expressão para superar a censura e permitir a produção do conhecimento, admitindo como consequência inevitável, a contraposição no campo das ideias.

Defender de forma coerente a liberdade de manifestação requer uma demanda de que ela se exerça, concreta e democraticamente, por todas as pessoas, independente da posição social, sendo que a constatação da inviabilidade real de seu exercício pela classe trabalhadora constitui a demonstração clara das falácias dos valores liberais em um modelo de produção capitalista.

Portanto, não me parece que seja função do pensamento de esquerda apontar as contradições da racionalidade burguesa para se contrapor à liberdade de expressão. Muito menos lhe cumpre minimizar a importância das manifestações populares que têm ocorrido em defesa desse valor, que não é essencialmente burguês, mas uma conquista da humanidade como um todo, ainda que não esteja servindo, concretamente, a todas as classes sociais.

Quando se diz que é indigna essa defesa porque não se a viu com a mesma intensidade com relação a tantas outras atrocidades que ocorrem mundo afora acaba-se reproduzindo uma racionalidade reacionária, que conduz a humanidade a uma imobilidade e ao conformismo, negando a própria força das iniciativas populares.

Lembre-se que a mesma lógica argumentativa, de índole

reacionária, é costumeiramente produzida quando algumas pessoas lutam por pautas específicas, como, no caso brasileiro, a moradia e a tarifa-zero, ou quando se solidarizam com aquelas que lutam, dizendo-se, por exemplo, que: “esses ‘invasores’ de terras são espertos e querem passar à frente de quem espera na fila para obter uma moradia popular”; “o que adianta lutar pela redução de apenas 0,20 na tarifa?”; “onde estavam essas pessoas quando tantas outras foram presas e mortas?”; “por que não se solidarizaram com os mortos dos regimes ditatoriais de esquerda?” E por aí vai... Ora, toda luta por direitos, a luta do dia-a-dia, é importante e a tentativa básica de eliminá-la é preconizar que a ação só vale se for pela solução completa dos problemas sociais ou que quem nunca lutou por nada não pode, agora, lutar.

Não foi outra, a propósito, a lógica utilizada para atacar a todos que se expressaram contrários à persistência da pena de morte na Indonésia, que gerou o fuzilamento do brasileiro, Márcio Archer, no último domingo, dia 18 de janeiro. Um ataque que, aliás, foi direcionado sobretudo ao governo brasileiro, que se manifestou, publicamente, contra o ato, sob o argumento de seria indigna a defesa de Márcio Archer pelo governo enquanto milhares de brasileiros morrem, cotidianamente, no Brasil, vítimas da violência urbana. Só que assim restava justificada a pena de morte, isto quando era defendida abertamente.

O mundo tem vários obscurantismos e injustiças sociais, envoltos em inúmeras contradições, que somente serão desafiadas e superadas com o conhecimento cujo desenvolvimento requer o exercício pleno do direito à liberdade de expressão.

Vale um destaque especial ao humorismo, que deve ser mesmo entendido como uma reprodução caricata da realidade social. Ainda que seja bastante tênue o limite entre a genialidade e a mediocridade, ou mesmo a bestialidade, nessa forma de comunicação, sua importância não pode ser negada tanto para o avanço da compreensão humana, pois a institucionalização do raciocínio tende a uma rigidez tal que muitas vezes faz bem que seja exposta ao ridículo ou ao seu lado tragicômico, quanto para, simplesmente, aliviar um pouco o espírito. Nesse tema da liberdade de expressão, por exemplo, é impagável a cena em que Bart Simpson, enquanto sobrepõe, nas imagens de um livro, um diálogo imaginário entre Abraham Lincoln e George Washington, diz: “obrigado pela liberdade de expressão: otários!”

Fico, aliás, imaginando como seria a cena de uma charge na qual se indagasse à Mafalda o que ela pensa de tudo isso... E ela, deitada sobre uma cama na qual havia espalhado recortes de todos os textos que leu a respeito, depois de pensar um pouco e fazendo o gesto típico dos hippies dois dedos da mão esticados em V, indicativos de “paz e amor”, responder: “Eu? Eu sou Charlie... e marxista, graças a Allah!”



Il Nostro Viaggio in Sicilia

V Magna Grécia era a denominação que recebia o sul da península Itálica, região colonizada na antiguidade pelos gregos, na qual incluía também a ilha da Sicília. O nome deriva do latim Magna Græcia (Grande Grécia), porque para os colonos, que vinham de uma Grécia caracterizada pelo seu relevo montanhoso e pelo excesso populacional, as terras da Itália pareciam estender-se infinitamente.

A Sicília está localizada na região central do Mediterrâneo, estendendo-se da ponta da península dos Apeninos, a partir do qual é separado apenas pelo Estreito de Messina. É lá que está o vulcão mais ativo da Europa e um dos mais ativos do mundo: o monte Etna.

A mais antiga evidência arqueológica de habitação humana data 8000 a.C. A partir de 750 a.C., a Sicília foi anfitriã de uma série de colônias fenícias e gregas e, por quase 600 anos, foi o local de diversas guerras. Após a queda do Império Romano no século 5 d.C., a Sicília frequentemente mudou de mãos e durante a Idade Média o país foi governado por sua vez pelos vândalos, ostrogodos, bizantinos, árabes e normandos. Mais tarde, o Reino da Sicília durou entre 1130 e 1816, primeiro subordinadas às coroas de Aragão, Espanha e do Sacro Império Romano, passando a ser unificada ao Reino das Duas Sicílias. Em 1860, passou a ser parte da Itália, após a unição liderada por Giuseppe Garibaldi.

Não posso deixar de lembrar, a Sicília também é o berço da máfia italiana, em especial da Cosa Nostra, que deu ensejo a diversos filmes, em especial "O Poderoso Chefão", que é para mim a melhor trilogia já filmada.

Tudo isso nos levou, eu e minha esposa, a visitar a Sicília no recesso de 2011, que no inverno as temperaturas cam entre 10° e 20° Celsius.

Começamos a viagem em Roma, cidade que visitamos por quatro dias. Dali saímos de carro alugado em direção ao sul do país, passando pela Costa Amalfitana (de beleza espetacular, mas é objeto de outra conversa...), Nápoles, Pompeia, Herculano e Calábria. Pegamos o ferry boat para atravessar o Estreito de Messina, chegando finalmente à Sicília após rodar 700 km.

Há quem diga que a Sicília é um museu ao ar livre, como ocorre nas regiões de Agrigento e Palermo. Só de sítios arqueológicos, são mais de 260 catalogados, entre conjuntos de templos, anfiteatros gregos, fortalezas, torres, igrejas, palácios... Está tudo ali, lado a lado, um pouco de todos os povos e culturas que passaram pela ilha ao longo de séculos. A emoldurar esse cenário temos um mar cristalino de águas mornas e límpidas.

A primeira parada foi a cidade de Taormina, que é, para mim, a mais bela da Sicília. Ao chegar, logo observei à minha frente aquela imensidão azul do mar Jônico e à minha direita o vulcão Etna soltando fumacinha. Foi difícil dormir naquela primeira noite em Taormina. Não conseguia me desconectar daquele visual, e ficamos algumas horas paralisados na varanda do quarto do hotel.

Taormina possui raízes antiquíssimas, tendo sido fundada no ano 396 a.C. no alto do Monte Tauro por colonos fugitivos da colônia grega de Naxos que a chamaram "Tauromenion". Após a conquista pelos romanos, Taormina se tornou

Vista do hotel em Taormina



uma meta de lazer, dando início à fama de uma das cidades mais turísticas da Sicília. A principal rua da cidade, o Corso Umberto, é um shopping ao ar livre. Repleta de lojinhas de artesanato, butikues de luxo, perfumarias, restaurantes, bares e sacadas oridas. A rua possui várias travessas com escadarias, algumas terminando em lindos jardins, outras com casarões românticos. Vale a pena descobrir cada uma delas.

Além de suas ruas glamorosas, restaurantes de alto nível e hotéis de um luxo indiscutível, Taormina é também conhecida por seu Teatro Grego (também chamado Teatro Antigo), o segundo maior da Sicília depois daquele de Siracusa. O teatro remonta ao século III a.C., mas foi ampliado pelos romanos para poder receber outros tipos de espetáculos, como o combate de gladiadores e a caça a animais ferozes. O Teatro Antigo hoje em dia recebe os mais diferentes espetáculos, óperas, concertos de grandes artistas da música popular italiana e internacional, além de premiações, festivais de cinema e desfiles de moda.

Infelizmente, não foi possível realizar o passeio ao monte Etna porque estava prestes a ter mais uma erupção (que ocorreu dois dias após sairmos da Sicília).

Em sequência, descemos a Siracusa. É uma cidade cercada pelo mar Mediterrâneo, fundada em 740 a.C. pelos gregos e teve entre seus moradores ilustres o matemático e filósofo Archimedes. A área mais antiga da cidade, Ortigia, é uma ilha de 1 km².

A cidade é um museu a céu aberto. Tudo em Siracusa é admirável, não só os já famosos sítios arqueológicos e tantas obras que marcam o período em que a cidade esteve nas mãos dos gregos; mas também as casas, todas coladas umas as outras de maneira confusa e ao mesmo tempo organizada; os prédios seculares; as passagens subterrâneas construídas na II Guerra; as praças; as cantinas que estão com a mesma família há décadas; as roupas estendidas nas



Vale do Templos em Agrigento

janelas e varandas...

As atrações são de fácil acesso e muito perto umas das outras, portanto, antes ou depois dos passeios você ainda pode curtir o mar e a vida na cidade.

O mais famoso ponto turístico é o Teatro Grego, que está localizado no parque arqueológico de Neápolis. Foi construído no século V a.C. pelos gregos e mais tarde usado pelos romanos. Tinha capacidade para 20.000 pessoas sentadas e era usado pelos romanos para os jogos de gladiadores. O parque também abriga outras atrações importantes, como as grutas de Nymphaeum, usadas para cerimônias religiosas, com vista para todo o parque; e a Orelha de Dionísio, que é uma imensa fenda na rocha, de 65 metros de comprimento e 23 metros de altura, no formato de uma grande orelha.

Depois de Siracusa, passamos a noite em uma pequena cidade chamada Modica, famosa pelos seus chocolates “de vidro”. Esses chocolates são bem diferentes dos que conhecemos. Por deixarem o açúcar cristal sem derreter, ao mordermos parece que há pedacinhos de vidro, dando uma crocância única. Simplesmente espetacular!

Ao chegar a Agrigento, percebemos que estávamos em um lugar realmente grego. Sua área arqueológica é uma das mais importantes da Itália. É certamente o maior símbolo da colonização grega na Sicília.

Não obstante boa parte do patrimônio greco-romano tenha sido destruído quando o cristianismo se consolidou no território italiano, o Templo da Concórdia, de 460 a.C., que escapou por ter sido transformado em igreja no século VI, só perdeu o telhado. Este templo é um dos mais bem conservados de toda a Magna Grécia.

No Vale dos Templos funciona um bom museu arqueológico, com farto material encontrado durante as escavações. Perto dele há outros vestígios, como as ruínas do



Teatro grego de Taormina

Vista de uma rua de Erice



Ekklesiasterion, ponto de reunião dos cidadãos da antiga Agrigento, e que também era usado como lugar de sacrifícios a Zeus.

Partimos em direção à Marsala. Trata-se de uma cidade portuária, meio decadente, mas em seus arredores é produzido um dos melhores vinhos fortificados do mundo: o vinho Marsala, que é um espetáculo a parte! Senti-me obrigado a trazer seis garrafas, uma de cada tipo, para o Brasil...

Saímos de Marsala e fomos conhecer uma cidadezinha medieval chamada Erice. Antes de ir, obtive informações que se tratava de uma cidade que fica a 750m de altitude. Observando o GPS, estávamos há cerca de 25 km da cidade e o aparelho marcava 10m acima do nível do mar, quando deparamos com um "paredão" imenso com uma estrada extremamente sinuosa em direção ao topo. Para quem não gosta de altura, não preciso dizer que subir dirigindo foi um sufoco..., mas valeu a pena!

Trata-se de uma cidade que parece que nada mudou nos últimos 1.000 anos! Como fica em uma boa altitude, tem uma vista deslumbrante das cidades da região e, em dia claro, é possível avistar a Tunísia no norte da África.

A capital, Palermo, é uma cidade de contrastes. A sua herança monumental possui mais de 50 palácios e 80 igrejas em estilos diferentes. Palermo está dividida em quatro partes pelo cruzamento das ruas Maqueda e Vittorio Emanuele (parece que todas as cidades da Itália têm uma rua com este nome...), que pode ser ponto de partida para começar a visita. Em todos os locais prolifera o estilo barroco, me-

mória do último esplendor Bourbon da cidade, que tem a sua representação na igreja de Gesù, a de San Domenico e as fontes de Quattro Canti.

Saindo de Palermo, finalmente chegamos a Corleone! Cidade linda, bem cuidada, com uma pracinha charmosa no centro. Passamos a manhã toda procurando os pontos em que havia sido filmado O Poderoso Chefão, quando resolvemos tirar a dúvida em um ponto de apoio ao turista.

Fomos informados que quando os americanos chegaram à cidade, no início da década de 1970, esqueceram-se de pedir autorização aos "capi" (plural de "capo", chefe em italiano) da máfia local. Por isso, um ônibus da Imagem foi explodido pelos mafiosos! Não morreu ninguém, pelo que a pessoa me informou, mas foi o suficiente para eles saírem correndo dali. Resolveram, então, filmar em uma cidadezinha pequena chamada Savoca, também na Sicília, mas do outro lado da ilha, perto de Taormina.

Senti-me obrigado a retornar de onde iniciamos a viagem à Sicília, pois eu queria porque queria ver o local da Imagem!

Valeu a pena! Savoca fica incrustada em uma montanha, com um visual deslumbrante! A cidade está no alto de um penhasco e chegar lá não é a tarefa mais fácil do mundo. Dizer que a estrada é sinuosa é um eufemismo. As curvas são extremamente fechadas, a pista é estreita, é preciso dirigir bem devagar e por isso parecia que não iríamos chegar nunca!

Chegando lá, nos deparamos logo com o ponto mais fotografado pelos fãs de O Poderoso Chefão: o Bar Vitelli, onde Michael Corleone pediu a mão de Apollonia a seu pai. A fachada do bar continua igualzinha a como era no filme e dentro dele há várias fotos dos atores durante as filmagens. Outra atração da cidade é a Igreja de San Nicolò, o lugar onde Michael e Apollonia se casaram. É uma igreja bem antiga, datada do século XII. Independentemente da fama que lhe deu o filme, Savoca é uma cidadezinha muito graciosa. Faz parte do elenco das cidades mais bonitas da Itália e parece que parou no tempo.



Bar Vitelli em Savoca

Comidas

Visitar a Sicília é descobrir uma Itália completamente diferente, mas bem menos italiana. É descobrir a ilha da cultura, das procissões, belas praias, ruínas, montanhas e o maior vulcão ativo da Europa, mas sempre com os cheiros das laranjeiras, dos limões e das tangerinas.

A cozinha siciliana é a combinação de várias tradições gastronômicas. O siciliano tem desprezo por molhos que “disfarcem” os ingredientes. O costume de reunir a família em volta de mesa farta e marcada por velhas tradições (uma refeição que dura uma tarde inteira com toda a família em conjunto) é mantido até hoje. Utilizar os ingredientes mais frescos é o mais importante da cozinha siciliana.

Comer e beber na Sicília significa sempre uma viagem pelo tempo e pela cultura de épocas passadas. É uma referência às influências de muitos povos, recebidas desde a Pré-história. Gregos, normandos, bizantinos, árabes, romanos, todos deixaram uma contribuição e ajudaram a compor a forma de viver dos sicilianos, que, no geral, são muito ligados à família e adoram sol e comida. Assim, canela, noz-moscada, açúcar, frutas cítricas, melões, açafrão, pimenta, damascos, tomate e bons vinhos compõem uma parte do elenco gastronômico da ilha e dos arredores. Queijo ragusano (típico da cidade de Ragusa, no sul da ilha); massas típicas; doces regionais (cannolo, cassata); os tomatinhos de Pachino; pistaches e alcaparras sicilianas. Alguns dos pratos típicos da culinária siciliana são (como não tirei fotos de comida na viagem, encontrei algumas na internet para vocês se deliciarem):

Arancine de rizo: um bolinho frito e empanado feito com arroz, recheado com molho de carne moída e mussarela (a forma lembra uma laranja, daí o nome arancine).

Buccellato: é um doce com uma massa de crostina, em forma de bolo. É decorado de várias maneiras e recheado com frutos secos, passas, amêndoas, casca de laranja e outros ingredientes, que variam conforme o local que for preparado.

Casarecce ai frutti di mare: massa típica siciliana. A foto já diz tudo...

Cannelloni ripieni: a massa feita de farinha de trigo e sêmola de grano duro é enrolada e recheada de carne de boi, pimenta moída, noz-moscada e queijo (caciocavallo ou pecorino).

Caponata di melanzane: uma espécie de molho agri-doce com tomates, berinjelas, pimentão, cebola, azeitonas e alcaparras.

Cannoli (plural de “cannolo”): massa frita em forma de tubo e recheada com creme de ricota e pistache, creme de baunilha ou chocolate. Para mim o melhor doce da Itália.



Inaugurada a nova sede da AMATRA XV e da ESMAT 15

Várias autoridades presentes prestigiaram o evento



A inauguração da nova sede teve um brinde capitaneado pela Dra. Eliana Felipe Toledo, que empresta seu nome à sede desde a primeira inauguração em 1997.

P primeira sede da AMATRA XV foi adquirida há mais de vinte anos, em 1994, no início da gestão Lorival Ferreira dos Santos. Foi objeto de atenção e preparação durante a gestão Samuel Hugo Lima, e foi inaugurada em 1997, no início gestão Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. Muito tempo se passou e a estrutura existente passou a não mais atender as necessidades

das atividades crescentes da AMATRA XV e também, a partir de sua criação em 2013, da ESMAT 15.

Foi nesse contexto que a atual Diretoria da AMATRA XV se debruçou inúmeras vezes sobre o problema e analisou várias possibilidades para viabilizar a mudança da sede para um novo espaço que permitisse, ao mesmo tempo, uma digna área de trabalho

para os empregados e um adequado local para o atendimento dos associados.

No dia 3 de fevereiro, às 17h00min, foi inaugurada oficialmente a nova sede da AMATRA XV e da ESMAT 15.

Na ocasião, o Presidente da AMATRA XV e Diretor Geral da ESMAT 15, Alessandro Tristão, ressaltou: "O que po-

dem ver aqui hoje é resultado de um esforço que procurou, sobretudo, a solução mais viável do ponto de vista econômico e do ponto de vista das efetivas necessidades das Associações. Um esforço que desde o início foi pautado pela condição de que não houvesse qualquer ônus para os associados, ou seja, qualquer instituição contribuição extraordinária". Tristão acrescentou: "Em m, é uma satisfação enorme para a atual Diretoria da AMATRA XV ter conseguido dar mais esse passo. Muito menos porque vamos usufruir um pouco, mas muito mais pelo que vamos deixar para aqueles que virão assumir e cuidar da nossa AMATRA XV. E não poderia ser diferente, porque a construção de um grande projeto associativo é assim, se hoje conseguimos colocar mais alguns tijolos, é porque os alicerces já foram preparados e outros colegas já assentaram muitos outros tijolos. Como dizem, ninguém consegue realizar muito sem a colaboração de muitos".

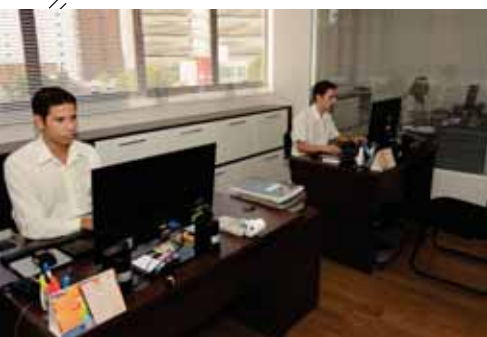
Com a aquisição desses imóveis, a AMATRA XV passou a deter a totalidade do piso do segundo andar do edifício, mais do que o dobro da área anterior, e três vezes mais vagas na garagem. Após a aquisição dos novos imóveis, seguiu-se uma ampla reforma sob a coordenação da Diretora Administrativa e Financeira, Teresa Cristina Pedrasi.

Prestigiaram a inauguração os Desembargadores Lorival Ferreira dos Santos (Presidente do TRT-15 e Ex-Presidente da AMATRA XV), Henrique Damiano (Vice-Presidente Administrativo do TRT-15), Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes (Vice-Presidente Judicial do TRT-15), Gerson Lacerda Pistori (Corregedor Regional TRT-15 e Ex-Presidente da AMATRA XV), José Otávio de Souza Ferreira (Ouvidor do TRT-15), Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani (Diretor EJUD-15 e Ex-Presidente AMATRA XV), Samuel Hugo Lima (Ex-Presidente AMATRA XV), José Severino da Silva Pitás, Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira (Integrante da Comissão de Acompanhamento de Demandas da AMATRA XV) e Eliana



Sidney Luiz Bichir - TRT15





Felipe Toledo. Também estiveram presentes os juízes: Genésio Vivâncio Solano Sobrinho (Ex-Presidente da AMATRA XV), Renato Henry Sant'Anna (Ex-Presidente da AMATRA XV), Flávio Landi (Ex-Presidente da

AMATRA XV), Guilherme Guimarães Feliciano (Ex-Presidente da AMATRA XV), Luís Rodrigo Fernandes Braga (Vice-Presidente da AMATRA XV), Robson Adilson de Moraes (Secretário Geral da AMATRA XV), Teresa Cristina Pedrasi (Diretora Administrativa e Financeira da AMATRA XV), Cristiane Montenegro Rondelli (Diretora de Direitos Humanos e Cidadania), José Antônio Dosualdo (Diretor Esportes e

Qualidade de Vida), Scynthia Maria Sisti Tristão, Tércio José Vidotti, André Augusto Ulpiano Rizzardo, Jorge Luiz Costa e Orlando Amâncio Taveira.

A AMATRA XV e a ESMAT 15 reiteram o convite para que todos os associados venham conhecer as novas instalações. A nova sede está estabelecida na Rua Riachuelo, 473 Conjuntos 21 e 22, Bosque - Campinas/SP.

Confira todos os documentos e informações no site na área AMATRA EM AÇÃO

[Sede da AMATRA XV](#)
[Ampliação do Espaço e Estrutura](#)



1. Ex-presidentes da AMATRA XV na galeria de fotos da nova sede

2. O Presidente do TRT-15, Lorival Ferreira dos Santos, e o primeiro presidente da AMATRA XV, juiz aposentado Genésio Solano Sobrinho

3. Os desembargadores José Otávio de Souza Ferreira e Samuel Hugo Lima

4. O desembargador José Pitas e o Presidente da AMATRA XV Alessandro Tristão

5. Vice-Presidente da AMATRA XV Luís Rodrigo Braga com o Dir. de Esportes José Dosualdo, sua namorada e a Dir. Admin. Teresa Pedrasi

6. A Juíza Scynthia Maria Sisti Tristão e a Diretora de Direitos Humanos e Cidadania Cristiane Montenegro Rondelli

7. Os juízes Teresa Cristina Pedrasi, Renato Henry Sant'Anna e Tércio José Vidotti

8. O desembargador Henrique Damiano com o Presidente da AMATRA XV Alessandro Tristão

A AMATRA XV e o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania

Em 2014 foram 1800 alunos atingidos pelo programa que contou com a participação de 40 magistrados

“Não dei tanta importância ao prêmio como dei para o reconhecimento de meus amigos e principalmente da minha professora Dogma. Ela me estimulou a participar do concurso de redação e falar sobre a dignidade do trabalhador.” Essas são palavras de uma das alunas premiadas no concurso de redação promovido pelo TJC Campinas. Juliana Karen Silva Cervilha tem apenas 17 anos, já viveu muitas experiências difíceis e concordou em falar um pouco sobre sua história para mostrar como pequenos gestos podem incentivar um movimento pessoal em favor da prosperidade e evolução. Ela contou que saiu de casa aos 10 anos de idade e viveu nas ruas, com companhias que não lhe ensinaram coisas boas. Brigou, chorou, trabalhou e morou num abrigo. Entrou e saiu da escola várias vezes e agora está cursando o **EJA – Educação de Jovens e Adultos**, na CEMEFEJA Paulo Freire, onde teve contato com a Cartilha do Trabalhador e com a palestra do Juiz.

Uma das atividades do TJC de Campinas em 2014 foi a promoção de um concurso de redação na rede municipal das EJAs, com o tema **“Direitos Humanos e o Direito do Trabalho - o Trabalhador e sua dignidade”**, di-



reccionado a todos os mais de 1500 alunos. Muitos participaram e contaram sobre sua vida no mercado de trabalho. Foram escolhidas 10 redações e cada aluno vencedor ganhou um tablet, entregue na Culminância realizada no SESC em novembro passado.

Uma das frases da redação de Juliana é que **todo e qualquer cidadão tem o direito garantido por lei à vida, à educação, formas de sobrevivência**. Que isso saia do papel e se torne real! Quando essa aluna fala de sua vida podemos deduzir o porquê dela ressaltar “formas de sobrevivência”. É uma sobrevivente na sociedade e continua lutando para isso. Quere-

mos acreditar que o TJC contribuiu um pouco nessa luta quando escolheu sua redação e a incentivou a continuar na escola. Ela faz questão de citar muitas vezes a professora Dogma e a relevância de sua dedicação na continuidade dos estudos. Diz que quer continuar estudando para ter um trabalho bom e uma vida digna.

Juliana foi homenageada pelos seus amigos do abrigo onde morou. Eles ficaram sabendo que seria premiada e a surpreenderam com um bichinho de pelúcia e um ramalhete de flores na Culminância. O nome do evento – culminância – é a última fase do Programa TJC.



CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI

Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da AMATRA XV

Qualquer magistrado que queira fazer o TJC na cidade de sua atuação pode fazê-lo. Pode começar com uma escola, fazer a capacitação dos professores

durante as reuniões semanais e partir de um pequeno público. As noções de direito não se limitam a direitos trabalhistas, mas expandimos os conceitos de justiça, ética, cidadania e direitos humanos. Fazemos um papel de formadores de opiniões e estimulamos as pessoas a crescerem. Como a Juliana, nossa aluna premiada. De origem

muito humilde, quer continuar aprendendo e está muito empenhada em agir com retidão e no bem. Podemos ter contribuído para isso.

Além de mostrarmos as realizações do Programa TJC em Campinas neste biênio que se passou, sob a liderança de nosso querido Alessandro Tristão, temos como objetivo, com esse artigo, estimular todos os associados a participarem e perceberem como pequenos gestos de solidariedade podem contribuir para uma sociedade carente deste contato.

O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania é uma iniciativa de construção de cidadania da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA). Foi idealizado em 2004 e é executado na 15ª. Região pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª. Região - AMATRA XV. Resultado da constatação da necessidade de conhecimento pelos cidadãos dos direitos básicos garantidos pela Constituição Federal, assim como dos direitos específicos dos trabalhadores e dos meios de acesso à Justiça, o Programa também busca promover a aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade, estabelecendo o diálogo dos magistrados com professores e alunos para assim alcançar o meio social em que vivem.

O Programa tem basicamente três fases.

1ª Fase: A capacitação dos professores

Trata-se da capacitação e treinamento dos professores que vão usar as cartilhas do Trabalhador, Direito Internacional do Trabalho e Saúde e Segurança do Trabalho. Utiliza-se também as cartilhas que falam do Trabalho Infantil e o material de Educação Previdenciária fornecido pelo INSS – parceiro do TJC em Campinas e região.

Em 2013 a capacitação foi realizada no auditório do Pleno do Tribunal, porque a escola judicial não tinha espaço suficiente para receber os mais de 100 professores. Em 2014, a AMATRA XV firmou uma parceria com a Unisal e sua faculdade de Direito, e obteve a cessão do auditório para fazer a capacitação para cerca de 140 professores, além de permitir que os alunos da faculdade assistissem às palestras.

Vários juízes e desembargadores participaram nesta fase e todas as palestras foram excelentes.

2ª fase: As visitas dos magistrados nas escolas

Esta é a fase mais profícua do programa. Durante o ano letivo o professor capacitado trabalha com as cartilhas



e estimula debates e formulações de questões para que sejam apresentadas quando da visita do juiz à escola. Em 2013 a AMATRA XV trabalhou nas 27 escolas de jovens e adultos (antigo supletivo) de Campinas, atingindo cerca de 1500 alunos com a participação de 21 juízes. Em 2014 o trabalho ocorreu nas mesmas 27 escolas municipais, mais 1 escola estadual, 2 escolas de EJA em Indaiatuba, 1 igreja em Nova Odessa, e 1 escola em Ribeirão Preto, atingindo quase 1800 alunos e com a participação de 40 magistrados.



Neste período os alunos também visitam o fórum e a sede do tribunal. Há uma verdadeira aproximação entre o judiciário e a sociedade. Os alunos aprendem, os magistrados também. Muitos dos magistrados que participaram das visitas relatam que ficaram surpresos com as realidades que encontraram e todos disseram que se sentiram muito satisfeitos e realizados em poder contribuir com o TJC.



3ª Fase: A Culminância

É o fechamento anual do programa com a apresentação de trabalhos artísticos sobre o tema Trabalho, Justiça e Cidadania. Há belas formas de expressão que mostram a realidade dos alunos e o que eles aprenderam sobre como exercer sua cidadania, acessar a justiça e se desenvolver no mercado de trabalho, dentre outras questões importantes. É o ponto mais alto do programa porque é a expressão do aprendizado. Os alunos apresentam peças de teatro, música, dança, cartazes e murais. Em 2013 um desses trabalhos foi apresentado no Congresso do nosso TRT, realizado no Teatro de Paulínia. Uma paródia da música de Dorival Caymmi – “o que é que a baiana tem” – com “que direito o trabalhador tem?”. Em 2014 foram realizadas três culminâncias, uma em Campinas, no SESC, uma em Indaiatuba e outra em Ribeirão Preto.

Nestes dois últimos anos o programa cresceu muito e atingiu um número cada vez maior de pessoas. Há pedidos para implantação do TJC em Valinhos, Vinhedo, Hortolândia, São José dos Campos, Americana. Haverá expansão do Programa em Campinas, Nova Odessa, Indaiatuba e Ribeirão Preto.

Para atender toda essa demanda a AMATRA XV firmou parcerias com o INSS, a Unisal, o Sindivarejista e o SESC. O MPT também contribuiu e existem contatos com o SEBRAE, SENAI e SESI. E o programa segue em 2015. A capacitação já está marcada para o mês de abril, haverá novamente um concurso de redação e a novidade será um concurso de fotografia com os temas relacionados. Vislumbram-se muitas visitas ao longo do ano e várias culminâncias no fim do ano. Muito trabalho feito com alegria e boa vontade!



AMATRA XV entrevista seu presidente eleito

Luís Rodrigo Braga apresenta como prioridade a atuação permanente na valorização da magistratura



Presidente Eleito da AMATRA XV e Diretor Geral da ESMAT 15 para o biênio 2015/2017, Luís Rodrigo Fernandes Braga

O entrevistado dessa edição é o juiz Luís Rodrigo Fernandes Braga, Titular da 2ª Vara do Trabalho de Limeira e Presidente eleito da AMATRA XV para o biênio 2015-2017.

Braga é natural de Campinas (SP), onde nasceu em 18 de outubro de 1971.

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1993), ingressou na Magistratura em 6/3/1998, no TRT da 15ª. Região. Atua na AMATRA XV desde 2001, tendo exercido diversos cargos diretivos.

XV Luís Rodrigo Braga – Qual será a prioridade da gestão para os próximos dois anos?

➔ A prioridade será a atuação permanente na valorização da magistratura. O nosso grupo está convicto na necessidade da atuação política institucional focada na luta pela melhoria das condições de trabalho, remuneratória, de saúde, de segurança, trabalho, de prerrogativas e de democracia interna.

Para consecução destes objetivos será imprescindível a união e a participação de todos.

Nos últimos anos, principalmente após a criação do Conselho Nacional de Justiça, o trabalho do magistrado está cada vez mais vinculado à números e metas com vistas a se aferir essencialmente a e ciência operacional.

XV Assim, há nítido privilégio do aspecto quantitativo em detrimento do qualitativo. O senhor concorda com essa leitura? É possível alterar este quadro?

➔ A “importação” da metodologia da iniciativa privada de medição de desempenho e de cobrança para o Po-

der Judiciário se mostrou inadequada, uma vez que foi implantada antes do oferecimento da estrutura de pessoal mínima prevista na Resolução 63 do CSJT, aumentando o stress e o adocimento nos magistrados da 15ª Região, que sempre se destacaram pela produtividade e qualidade na entrega da prestação jurisdicional.

Ademais, esta forma de medição de desempenho vem sendo abandonada pela iniciativa privada e é incompatível com as peculiaridades do serviço público, em especial, com o objetivo do Poder Judiciário de pacificar a sociedade com a distribuição de justiça de forma célere.

XV Como o Sr. vê a participação política dos Magistrados no contexto institucional?

➔ Ao longo destes anos de atividade associativa, tenho constatado uma maior organização do trabalho associativo com realização de cursos e palestras para a qualificação dos dirigentes associativos, resultando num melhor trânsito dentro do Congresso Nacional, do CNJ, do CSJT, do C. TST e do STF.

Percebo um maior alinhamento entre as entidades nacionais capitaneadas pela ANAMATRA, buscando a atuação conjunta com os Presidentes de Tribunais.

“DESTE MODO, CONCLAMO TODOS OS COLEGAS A SE UNIREM SOB A COORDENAÇÃO ASSOCIATIVA, PARA LUTARMOS CONJUNTAMENTE E COM TODAS AS NOSSAS FORÇAS PARA O RESTABELECIMENTO DA APOSENTADORIA INTEGRAL E DA PARIDADE.

O momento político atual é alvissareiro, pois pela primeira vez temos um Presidente do Supremo Tribunal Federal como um protagonista na luta pela valorização da magistratura.

Por todas estas razões, deposito muita confiança no Trabalho desenvolvido pelo Ministro Ricardo Lewandowski e estou convicto de que a nova LOMAN resultará em valorização para a magistratura, uma vez que em decorrência da Simetria, a Lei Orgânica do Ministério Público terá que ser considerada como piso para a evolução legislativa.



XV A Magistratura vive um momento delicado em razão da quebra do direito à aposentadoria integral promovido a partir da Emenda Constitucional 20/98 e da ampliação das verbas de natureza indenizatórias recebidas pelos magistrados. Como o Sr. vê esta situação?

➔ Apesar de ter ingressado na carreira em março de 98, presenciei e participei da luta associativa pela manutenção do direito à aposentadoria integral para os magistrados, em razão da restrição constitucional de permitir o exercício apenas da função de professor, com compatibilidade de horários, a vedação do desempenho de atividade econômica e empresarial, pelo recolhimento previdenciário calculado sobre o valor integral do

subsídio e para evitar a concessão de tratamento desigual a iguais.

Mesmo com intensa mobilização política, as associações não conseguiram convencer o parlamento e as alterações legislativas foram sendo realizadas, ensejando a coexistência de diversas regras previdenciárias para juizes que realizam as mesmas funções e que têm restrições não impostas a nenhum membro dos Poderes Executivo e Legislativo.

Com o insucesso da luta política, restou o ajuizamento de ações, atacando as inconstitucionais reformas previdenciárias. No entanto, as quais ainda não foram objeto de julgamento.

De outro lado, nos preocupa a concessão signi cativa de verbas indenizatórias para os juizes da ativa vindo a ofender o direito da paridade entre ativos e inativos.

A combinação destes fatores pode levar à fragmentação da magistratura, com a prevalência da busca do interesse pessoal em detrimento da luta pela valorização da magistratura e de seu sentido como carreira.

Deste modo, conclamo todos os colegas a se unirem sob a coordenação associativa, para lutarmos conjuntamente e com todas as nossas forças para o restabelecimento da aposentadoria integral e da paridade.

XV Quais os planos da Escola Associativa dos magistrados da 15ª Região para os próximos anos?

➔ A ESMAT 15 se desenvolveu muito neste curto período de sua existência, e por este motivo continuaremos aprimorando os cursos de duração continuada e os cursos de curta duração.

Mas, o sucesso alcançado permite sonhos mais altos como a implantação, em breve, do curso de pós-graduação e os estudos para a realização de cursos à distância.



Chapa “UNIÃO E VALORIZAÇÃO” é eleita para a AMATRA XV e ESMAT 15 no biênio 2015-2017

No dia 26 de fevereiro, a Chapa “UNIÃO E VALORIZAÇÃO”, presidida pelo juiz Luís Rodrigo Fernandes Braga, foi eleita para dirigir a AMATRA XV e a ESMAT 15 no biênio 2015-2017. O processo eleitoral ocorreu de forma totalmente eletrônica. A Assembleia Geral Ordinária eletrônica perdurou entre os dias 19 e 26 de fevereiro e renovou a Diretoria Executiva, a Comissão de Prerrogativas e o Conselho Fiscal da AMATRA XV. Também foi eleita a Diretoria e o Conselho Fiscal da Escola Associativa dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (ESMAT 15). Participaram 289 associados, 57,53% dos 502 associados das entidades com direito a voto, sendo que a agremiação vencedora recebeu 285 votos, representando 98,96% dos votantes.

A Assembleia Geral Ordinária única apreciou também a ata da Assembleia Geral Extraordinária anterior e as contas gestão 2013/2015 da AMATRA XV e ESMAT 15, com aprovação de todas essas questões.

A Ata da Assembleia foi lavrada, homologando os resultados, no dia 26 de fevereiro às 12h00min, na sala de reuniões na sede das entidades, a Rua Riachuelo, 473, conjunto 21, Bosque, em Campinas/SP.

Compõe a Comissão Eleitoral os seguintes integrantes: Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, Flávio Landi e Rafael Marques de Setta.

Para o presidente eleito, juiz Luís Rodrigo Fernandes Braga, a votação legítima o grupo para enfrentar os desafios dos próximos dois anos.

A solenidade de posse será no dia 27/3, sexta-feira, no Pleno do TRT-15, às 18h00min.

Participaram
289 associados
(57,53% dos associados)

Chapa vencedora
recebeu 285 votos
(98,96% dos votantes)

Todos os encaminhamentos e informações sobre o assunto podem ser encontradas na área do site:

[Eleições AMATRA XV e ESMAT 15 – Biênio 2015/2017
AGO e Demais Providências.](#)

Composição das Diretorias da AMATRA XV e ESMAT 15, eleitas para o biênio 2015/2017

DIRETORIA EXECUTIVA DA AMATRA XV

Luís Rodrigo Fernandes Braga

Presidente

Teresa Cristina Pedrasi

Vice-Presidente

Alzeni Aparecida de Oliveira Furlan

Secretária Geral

Robson Adilson de Moraes

Diretor Administrativo e Financeiro

Ronaldo Oliveira Siandela

Diretor de Assuntos Legislativos

Paulo Bueno Cordeiro de Almeida Prado Bauer

Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos

João Batista Martins César

Diretor Cultural

Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti

Diretora Social e Eventos

Rodarte Ribeiro

Diretor de Comunicação Social e Informática

Cristiane Montenegro Rondelli

Diretora de Direitos Humanos e Cidadania

José Antonio Dosualdo

Diretor Esportes e Qualidade de Vida

Lúcio Salgado de Oliveira

Diretor de Aposentados

CONSELHO FISCAL

Edison dos Santos Pelegrini

Antonia Sant'ana

Pablo Souza Rocha

DIRETORES REGIONAIS

Jaide Souza Rizzo

Diretora Regional de Araçatuba

José Roberto Thomazi

Diretor Regional de Bauru

Gustavo Zabeu Vasen

Diretor Regional de Campinas

Mouzar Luís Silva Brenes

Diretor Regional de Presidente Prudente

Fábio Natali Costa

Diretor Regional de Ribeirão Preto

Renato Ferreira Franco

Diretor Regional de S. J. do Rio Preto

Marcelo Garcia Nunes

Diretor Regional de S. J. dos Campos

Paulo Eduardo Belloti

Diretor Regional de Sorocaba

COMISSÃO DE PRERROGATIVAS

Samuel Hugo Lima

Maria Inês Côrrea de Cerqueira César Targa

Marcos da Silva Pôrto

Rita de Cássia Scagliusi do Carmo

Sofia Lima Dutra

Paulo Bueno Cordeiro de Almeida Prado Bauer

COMISSÕES EXTRAESTATUTÁRIAS

COMISSÃO DE ESPORTES E QUALIDADE DE VIDA

Helcio Dantas Lobo Junior

Alexandre Garcia Muller

Regina Rodrigues Urbano

Genésio Vivanco Solano Sobrinho

COMISSÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

Carlos Alberto Frigieri

Paulo Henrique Coiado Martinez

Renata Mendes Cardoso

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Ricardo Régis Laraia

Adriene Sidnei de Moura David Diamantino

Rosana Alves Siscari

Valdir Rinaldi Silva

Clóvis Victório Junior

Marcela Casanova Viana Arena

Marina dos Santos Ribeiro

Ivani Martins Ferreira Giuliani

COMISSÃO DE APOSENTADOS

Iara Alves Cordeiro Pacheco

José Antonio Pancotti

Maria Vitória Breda Vieites

DIRETORIA EXECUTIVA DA ESMAT 15

Luís Rodrigo Fernandes Braga

Diretor Geral

Teresa Cristina Pedrasi

Vice-Diretora

Hélio Grasseli

Diretor Administrativo e Financeiro

Camila Ceroni Scarabelli

Diretora de Cursos de Duração Continuada

Saint-Clair Lima e Silva

Diretor de Cursos de Curta Duração

Caio Rodrigues Martins Passos

Diretor de Convênios e Parcerias

João Batista Martins César

Coordenador Pedagógico e Conselheiro

AMATRA XV realiza reunião com Magistrados Aposentados

Cerca de 20 magistrados aposentados participaram da reunião com Diretores da AMATRA XV no dia 28 de novembro na Sala da AMATRA XV no 15º andar do Fórum Trabalhista de Campinas. Na ocasião foram tratados assuntos específicos dos aposentados, especialmente relativos a questões remuneratórias.



AMATRA XV, Juiz Alessandro Tristão, é muito importante a oportunidade de estreitarmos de diálogo e a participação dos aposentados nas questões associativas.

A atual gestão da AMATRA XV inovou ao incluir aposentados em todas as comissões extraestatutárias da entidade.

Foram também trazidas algumas pretensões à AMATRA XV para encaminhamento junto ao TRT-15, tais como a participação de aposentados em bancas de concursos, a inclusão do

nome dos aposentados na Revista do Tribunal e a abertura da possibilidade de os aposentados serem docentes na EJUD.

De acordo com o Presidente da

Confira no site mais informações na área:

[Comissões Extraestatutárias](#)

CNJ aprova anteprojetos de interesse da 15ª Região

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em sessão realizada no dia 2 de dezembro, dois anteprojetos de lei de interesse do TRT-15:

- Anteprojeto CNJ nº 1749-62.2012: criação de 33 Varas, 66 cargos de juízes, 47 cargos em comissão (sendo trinta e três CJ-3 e quatorze CJ-2) e 255 funções comissionadas (sendo cento e quarenta e uma FC-5 e cento e quatorze FC-4).

- Anteprojeto CNJ nº 1758.24.2012: criação de 973 cargos de servidores e respectivas funções comissionadas para as áreas administrativa e judiciária.

A proposta de Anteprojeto CNJ nº 1749-62.2012 (973 cargos de servidores e respectivas funções comissionadas na Justiça do Trabalho da 15ª Região), na Câmara dos Deputados, transformou-se no Projeto de Lei 8.256/2014, com trâmite em caráter conclusivo – que dispensa a votação em plenário – pelas comissões da casa. O PL vai tramitar nas Comissões de

Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado nas três, seguirá direto para tramitação no Senado.



O outro anteprojeto (criação de 33 Varas, 66 cargos de juízes) ainda não foi ao Congresso Nacional em razão de o Presidente do TST ter entendido que o anteprojeto das Varas, por ter sofrido alteração no CNJ, em virtude da inclusão de cargos de juízes substitutos para todas as Varas, deveria ser novamente submetido ao CSJT. A expectativa é que isso ocorra em breve.

Segundo o Presidente da AMATRA

XV, Juiz Alessandro Tristão, os 66 cargos de juízes (33 titulares e 33 substitutos) são “uma vitória à parte, pois o parecer era contrário à criação de cargos para juízes substitutos”. O então Presidente do TRT-15, Desembargador Flavio Allegretti de Campos Cooper, e o então Presidente Eleito para o biênio 2014-2016, Desembargador Lorival Ferreira dos Santos, acompanharam a sessão no CNJ e realizaram intenso trabalho junto aos Conselheiros nesses últimos dias.

A AMATRA XV solicitou ao Presidente do TRT-15 que também fosse elaborado novo anteprojeto para criação de cargos de Desembargadores. A questão teve encaminhamento favorável e sinalizou-se que tais providências serão tomadas após a efetivação das medidas necessárias para consolidação dos anteprojetos existentes.

Confira todos os andamentos do assunto na área:

[Condições de Trabalho](#)
[Criação de Varas e Incremento do Quadro](#)

Deferido requerimento da AMATRA XV para diárias aos participantes do 8º Congresso Internacional da ANAMATRA

A AMATRA XV protocolou requerimento e teve deferido o pedido pelo Presidente do TRT-15, Desembargador Lorival Ferreira dos Santos, para a concessão de diárias aos magistrados que participaram do 8º Congresso Internacional da ANAMATRA, realizado entre os dias 9 a 13 de fevereiro de 2015 em Roma, Itália, excluindo-se qualquer outra despesa dos inscritos no conclave.

A concessão de diárias para o congresso teve fundamento no entendimento do Tribunal de Contas da União de que "é lícito efetuar gastos a título de diárias e/ou passagens em benefício de magistrados trabalhistas, para participação

em eventos promovidos por associações de classe, desde que tais eventos não se revistam de caráter exclusivamente corporativo".



O Congresso teve cerca de 120 participantes, todos magistrados associados da ANAMATRA, e contou com o apoio da Embaixada do Brasil em Roma, do Conselho Superior da Magistratura (CSM), do Parlamento Italiano,

do Poder Judiciário Italiano e da Associação Nacional dos Magistrados Italianos.

O evento reuniu importantes juristas e teve como temas centrais: relações de trabalho, crise econômica, meio ambiente de trabalho. Propiciou, assim, importante intercâmbio de informações com os operadores do direito da Europa, trazendo à tona assuntos de grande interesse para os Magistrados do Trabalho.

Confira no site mais informações na área:

[8ª Edição Congresso Internacional da ANAMATRA em Roma](#)
[Providências no TRT-15](#)

TRT-15 publica AR 21/2014, que institui auxílio-telemática, a partir de requerimento da AMATRA XV

O TRT-15 publicou no dia 4 de dezembro de 2014, o Ato Regulamentar GP 27/2014, que regulamenta o uso institucional de telefonia móvel celular no âmbito do Tribunal e assegura a todos os Magistrados o pagamento de indenização mensal, para os serviços de telefonia móvel celular institucional para comunicação de voz e de dados, no valor de R\$ 150,00, com efeitos pecuniários a partir de 1º/12/2014.

O benefício foi conquistado com o deferimento parcial de requerimento



protocolado pela AMATRA XV.

De acordo com O Presidente da AMATRA XV, Juiz Alessandro Tristão, trata-se de mais uma importante conquista que contou com o apoio do Desembargador Flavio Allegretti de Campos Cooper, que se despede da Presidência do TRT-15.

Confira no site mais informações na área:

[PJE-JT – Auxílio Telemática](#)

Requerimento da AMATRA XV para recálculo do passivo do Auxílio-Alimentação é deferido

O Presidente do TRT-15 acolheu requerimento da AMATRA XV para o refazimento dos cálculos do passivo de auxílio-alimentação devidos aos magistrados. A associação requereu fossem observados como marcos iniciais da contagem de correção monetária e de juros as datas em que cada uma das parcelas deveriam ter sido quitadas, aplicando a esse passivo os mesmos critérios de cálculo observados quando da apuração dos passivos de PAE, URV e ATS. Além disso, a AMATRA XV solicitou que tal critério de cálculo seja observado em quaisquer passivos originados na simetria

de vantagens entre a Magistratura e o Ministério Público.

A decisão determinou o encaminhamento à Secretaria de Gestão de Pes-



soas para o recálculo do passivo do auxílio-alimentação e a adoção das demais providências pertinentes, determinando que o passivo observe os valores fixados, em cada época, para os membros do MPU, incidindo juros e correção monetária na forma determinada pela norma vigente, desde a época em que eram efetivamente devidas as verbas, ou seja, desde as competências respectivas.

Confira no site mais informações na área:

[Auxílio-Alimentação - Passivo](#)
[Critérios de Juros e Correção Monetária](#)

TRF-3 nega seguimento a recurso da AMATRA XV na ação do abono permanência

Em decisão publicada no dia 28 de novembro, o TRF-3 negou seguimento ao Recurso Extraordinário da AMATRA XV na ação relativa à incidência de Imposto de Renda sobre recebimento do abono permanência. A negativa do seguimento do recurso foi baseada em julgados do STJ, que decidiu a matéria em recurso repetitivo, e do STF, que considerou a inexistência de repercussão geral,

por se tratar de matéria infraconstitucional. Não cabe mais recurso sobre a



matéria.

Em fevereiro de 2015 a ação transitou em julgado e a AMATRA XV já efetuou o pagamento dos honorários de sucumbência.

Confira no site mais informações na área:

[Abono de Permanência](#)
[Isenção de IRPF](#)

EJUD defere requerimento da AMATRA XV sobre participação no 8º Congresso Internacional da ANAMATRA

O Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Desembargador Samuel Hugo Lima, deferiu parcialmente requerimento da AMATRA XV solicitando que o 8º Congresso Internacional da ANAMATRA fosse reconhecido para efeitos da carga mínima de formação continuada a que alude a Resolução 09/2011 da ENAMAT, a fim de que se possibilite a oportuna averbação das

horas de formação continuada, consoante Termo de Cooperação 005/2013 celebrado entre a AMATRA XV, EJUD 15, TRT-15 e ESMAT15.

Na decisão, o Desembargador deferiu a averbação do evento apenas como ação não-formativa, até o limite de 8 horas, uma vez que a Escola Judicial não possui convênio com a ANAMATRA.



Confira no site mais informações na área:

[8ª Edição Congresso Internacional da ANAMATRA em Roma](#)
[Providências no TRT-15](#)

Nova Administração do TRT-15 toma posse

Os Desembargadores eleitos para os cargos de direção do TRT-15 no biênio 2014-2016 foram empossados no dia 5 de dezembro de 2014, em sessão solene no edifício-sede do Tribunal. Foram empossados o Presidente Eleito, Desembargador Lorival Ferreira dos Santos; o Vice-presidente Administrativo, Desembargador Henrique Damiano; a Vice-Presidente Judicial, Desembargadora Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes; o Corregedor Regional, Desembargador Gerson Lacerda Pistori; e o Vice-Corregedor, Desembargador Manuel Soares Ferreira Carradita. Para a Escola Judicial, tomaram posse o Desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani e o Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho, respectivamente Diretor e Vice-Diretor da EJUD-15. Finalmente, foram empossados nos cargos de Ouvidor e Vice-Ouvidora, os Desembargadores José Otávio de Souza Ferreira e Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla.



Luiz Manoel Guimarães

Em sua saudação, o Presidente da AMATRA XV, juiz Alessandro Tristão, fez referência à música Encontros e Despedidas, de Milton Nascimento, que trata das chegadas e partidas. Ao final, Tristão registrou que a AMATRA XV deseja sinceramente que a nova administração, ao mesmo tempo que promova a consolidação das con-

quistas dos últimos anos, possa viabilizar os demais avanços institucionais que se fazem necessários.

Confira no site mais informações na área:

[Abono de Permanência](#)
[Isenção de IRPF](#)

Presidente do TRT-15 e EJUD-15 deferem requerimentos da AMATRA XV para viabilizar maior participação institucional dos magistrados aposentados e para participação de magistrados aposentados nas atividades de docência

O Presidente do TRT-15, Desembargador Lorival Ferreira dos Santos, deferiu no dia 17 de dezembro requerimento da AMATRA XV para viabilizar maior participação institucional dos Magistrados aposentados, sobretudo na composição de novas bancas examinadoras, em concursos que vierem a ser realizados pelo Tribunal.

Por outro lado, o Diretor da Escola Judicial, Desembargador Des. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, em recente despacho, acatou pedido da AMATRA XV e registrou que a EJUD está aberta à participação de magistrados aposentados nas atividades de docência e, na medida do



possível, buscará incentivá-las.

A AMATRA XV também havia solicitado no requerimento a inclusão do nome dos aposentados nas publicações da EJUD, especialmente na Revista do Tribunal, de forma análoga à menção levada a cabo aos magistrados da ativa. Nesse particular, o despacho, mencionando consulta a vários Tribunais, noticia que não é praxe tal procedimento.

Confira no site mais informações na área:

[Aposentados – Atividades do TRT-15 e Inclusão Institucional](#)

AMATRA XV apresenta requerimento para pagamento do passivo das diárias

A AMATRA XV discute com a UNIÃO, nos autos da Ação de Procedimento Ordinário nº 4161-03.2010.403.6105, perante a 3ª Vara Federal de Campinas, 5ª Subseção Judiciária de São Paulo, o pagamento de diferenças de diárias aos Magistrados do Trabalho da 15ª Região, em razão da Resolução Administrativa 12/2009 e da Portaria GP 26/2009.

O Presidente do TRT-15 publicou no dia 27 de novembro despacho dando ciência à AMATRA XV da apuração e considerações da Diretoria Geral sobre o montante acumulado das verbas de diárias e despesas de transporte que não foram pagas até a obtenção da ordem liminar perante a 3ª Vara da Seção Judiciária de Campinas – São Paulo.



Trata-se de decisão decorrente de pedido formulado pela AMATRA XV para que haja o reconhecimento administrativo da dívida objeto de condenação em primeira instância das diferenças de diárias devidas aos Magistrados do Trabalho da 15ª Região, em razão das alterações da Resolução Administrativa nº. 12/2009 e da Portaria GP 26/2009.

A AMATRA XV pleiteou o imediato pa-

gamento das referidas despesas de exercícios anteriores, conforme autoriza o artigo 12 da Resolução 137 do CSJT, aos beneficiários que assim manifestarem o interesse de recebimento.

Confira no site mais informações na área:

[Diárias - Ação Judicial Apuração Passivo e Providências para Recebimento.](#)

AMATRA XV realiza Reunião Periódica na Circunscrição de Araçatuba



O Diretor Regional da Circunscrição de Araçatuba, Sidney Xavier Roviada, e o Presidente da AMATRA XV, Alessandro Tristão, se reuniram com associados da circunscrição no dia 30 de janeiro, às 10h, no Fórum Trabalhista (Rua Duque de Caxias, 2130, Saudade). No encontro foram tratados diversos assuntos de interesse dos magistrados e colhidas sugestões para atuação da entidade.

AMATRA XV apresenta requerimento para instituição de Programa de Ressarcimento de Despesas para Capacitação

A AMATRA XV apresentou ao TRT-15, no dia 26 de janeiro, requerimento para a instituição, por portaria ou outro ato regulamentar, de programa de ressarcimento de despesas realizadas pelos magistrados para a capacitação profissional e formação contínua, a exemplo de despesas com compra de livros, revistas, jornais, softwares, participação em congressos, seminários, palestras, cursos etc.

No requerimento a entidade solicita a criação inicial de limite anual de ressarcimento de despesas em pelo menos R\$5.000,00 (cinco mil reais) por magistrado.

Confira no site mais informações na área:

[Programa de Ressarcimento de Despesas para Capacitação - Criação](#)



Inaugurada nova Galeria de Presidentes da AMATRA XV com aposição da foto do juiz Guilherme Guimarães Feliciano

No dia 3 de fevereiro de 2015, logo após a cerimônia de inauguração da nova sede da AMATRA XV e ESMAT 15, houve a aposição da foto do Juiz Guilherme Guimarães Feliciano na Galeria de Presidentes da AMATRA XV. Na ocasião, o Presidente da enti-

dade, Alessandro Tristão, fez um breve discurso de homenagem e agradecimento. O homenageado, por sua vez, aproveitou a ocasião para lembrar que, entre os presentes, estavam muitos dos responsáveis pela sua inclusão na vida associativa.

No ensejo da inauguração dessa galeria na nova sede houve uma novidade. Ao lado da foto dos presidentes foi colocada uma placa com a menção de todos aqueles que participaram de cada uma das gestões da AMATRA XV.



AGE para legitimação da ANAMATRA na ACO 2511 (Auxílio-Moradia) tem mais de 150 participantes



Cento e cinquenta e um associados da AMATRA XV participaram entre os dias 9 e 12 de dezembro da Assembleia Geral Extraordinária, na modalidade exclusivamente eletrônica, para a validação da legitimação extraordinária da ANAMATRA na ACO 2511 (Auxílio Moradia), nos termos definidos pelo RE nº 573232 (com repercussão geral). A ampla maioria foi favorável à validação.

Confira todas as informações sobre o assunto na área do site:

[AGE - Validação Legitimação Extraordinária ANAMATRA ACO 2511 \(Auxílio-Moradia\)](#)



Cursos em Andamento:

- 2º Curso Preparatório para as Carreiras da Magistratura e MPT
- 2º Grupo de Estudo para Aprofundamento em Temas Polêmicos e Atuais
- 1º Curso de Prática de Sentença

Inscrições Abertas:

- 2º Curso Preparatório para as Carreiras da Magistratura e MPT
- 2º Curso de Prática de Sentença



esmat 15

Escola Associativa dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região

Cursos Realizados pela ESMAT 15

Cursos de Duração Continuada

2013

- 1º Curso Preparatório para as Carreiras da Magistratura e MPT-Campinas

2014

- 2º Curso Preparatório para as Carreiras da Magistratura e MPT-Campinas
- 1º Grupo de Estudo para Aprofundamento em Temas Polêmicos e Atuais
- 1º Curso de Prática de Sentença

2015

- 2º Grupo de Estudo para Aprofundamento em Temas Polêmicos e Atuais

Cursos de Curta Duração

2014

- PJe para Advogados – Primeiros Passos – Campinas
- PJe para Advogados – Primeiros Passos – Sorocaba
- PJe para Advogados – Primeiros Passos – São João da Boa Vista
- PJe para Advogados – Primeiros Passos – Fernandópolis
- Execução Trabalhista – Campinas
- O Recurso de Revista nos Moldes da Lei 13.015/2014 – Campinas

Cursos de Curta Duração Disponíveis

- Pje para Advogados – Primeiros passos
- Execução Trabalhista
- Curso de Atualização em Processo do Trabalho – A Prova
- O Recurso de Revista nos Moldes da Lei 13.015/2014: Suas Alterações e Implicações

Para maiores informações, acesse nosso site:

www.esmat15.org.br